



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Moraes rejeita pedido da CGU em provas usadas contra Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes rejeitou um pedido da Controladoria-Geral da União (CGU) para acesso integral às provas colhidas em investigações que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Os casos em questão incluem o das joias sauditas, a falsificação de cartões de vacinação e o inquérito das milícias digitais.

Embora a CGU já tivesse obtido um deferimento do pedido em janeiro deste ano, o órgão alegou, em documento enviado à Suprema Corte esta semana, que recebeu apenas os autos principais dos processos. A Controladoria alega que não foram disponibilizados possíveis relatórios, laudos da Polícia Federal, nem áudios e conversas extraídas do WhatsApp que corroboram as acusações contra



NELSON ALMEIDA / AFP

o ex-presidente e outros envolvidos. O documento, assinado pelo ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, solicitava o compartilhamento das provas para a "adoção das providências cabíveis para a promoção da responsabilização administrativa dos agentes públicos federais envolvidos".

Ao negar a solicitação, Moraes argumentou que, embora os elementos probatórios obtidos pela Polícia Federal possam ser de interesse da CGU, o compartilhamento desses documentos seria "absolutamente prematuro", uma vez que ainda há diligências em andamento. A coluna apurou com delegados que cuidam de inquéritos relacionados ao ex-presidente de que não foram concluídas as investigações relacionadas aos casos mencionados. Em março deste ano, o próprio ministro prorrogou o inquérito por mais 180 dias.

Ed Alves/CB/DA.Press



Pente fino na Abin

O novo corregedor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado da Polícia Federal José Fernando Moraes Chuy, está decidido a realizar uma avaliação minuciosa da instituição. Para isso, ele implementou uma "política de prevenção e detecção de ilícitos administrativos". Próximo ao ministro Alexandre de Moraes, com quem trabalhou durante o mandato do ministro como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Chuy também pediu informações à Suprema Corte sobre os procedimentos investigativos relacionados à chamada "Abin paralela".

Em julho, o sigilo do relatório da Polícia Federal foi retirado por Moraes, revelando o uso indevido do sistema de inteligência First Mile para vigiar ilegalmente autoridades e jornalistas. No entanto, o novo corregedor pediu novos dados sobre outras possíveis investigações que possam investigar a conduta dos agentes públicos da Abin. O objetivo do novo corregedor, que assumiu a função este mês, é avaliar se a Corregedoria deve aprofundar suas apurações sobre ilícitos administrativos dentro da instituição.

Entretanto, esse pedido pode ser negado, caso siga o mesmo entendimento da solicitação da CGU no inquérito que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mário Frias X Adnet

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Waldir Leônico Júnior, rejeitou o pedido da defesa do comediante Marcelo Adnet para incluir o crime de injúria na condenação do deputado federal Mário Frias (PL-SP). O pedido surgiu após Frias, em um vídeo publicado nas redes sociais, chamar Adnet de "Judas", afirmando que o comediante não "respeitou nem a própria esposa, traindo-a em público por vaidade e falta de caráter".

Adnet argumentou que a sentença de primeira instância havia concedido perdão judicial a Frias em relação ao crime de injúria, resultando em uma pena restritiva de direitos a ser definida pelo juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), além do pagamento de uma multa equivalente a 10 salários mínimos. A defesa de Frias, por sua vez, solicitou o indeferimento do pedido.

Na sua decisão, o desembargador afirmou que o recurso não poderia ser aceito em relação à suposta violação dos artigos do Código

Redes sociais/Reprodução



de Processo Penal (CPP), mas ofereceu uma alternativa para que Adnet pudesse recorrer. "Para que o Superior Tribunal de Justiça pudesse apreciar as teses recursais nos moldes propostos pela parte recorrente, seria necessário o reexame de questões fático-probatórias do caso concreto, o que desbordaria os limites do recurso especial, conforme o enunciado 7 da Súmula da Corte Superior", escreveu o magistrado.

Em um processo semelhante que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a Corte fluminense condenou Frias a pagar R\$ 30 mil em indenização por danos morais a Adnet em outubro do ano passado. Recentemente, em julho, a Justiça carioca manteve essa sentença.

Ibaneis encaminha novo ouvidor para Adasa

O governador Ibaneis Rocha (MDB) encaminhou à Câmara Legislativa (CLDF) a indicação do advogado Fernando Martins de Freitas para o cargo de Ouvidor da Agência, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). O mandato é de três anos. Freitas ocupou a vice-presidência da Comissão de Direito do Consumidor da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) quando Ibaneis presidiu a Ordem no DF, além de outras comissões dentro da instituição. No currículo apresentado aos distritais, mostra que o advogado é professor universitário de uma instituição particular do DF.

Reprodução Internet



Ed Alves/CB/DA.Press



Projeto quer endurecer pena para crimes ambientais

A senadora Leila Barros (PDT) apresentou um projeto de lei que propõe o endurecimento das penas para crimes ambientais, com foco especial em períodos de calamidade pública e desastres climáticos. A iniciativa surgiu após o aumento dos focos de incêndios no Distrito Federal e em outros estados. O projeto da senadora altera a Lei de Crimes Ambientais, dobrando as penas para crimes cometidos em situações de emergência, como secas severas e altas temperaturas. No âmbito distrital, um projeto do deputado Pepa (PP) estabelece medidas de prevenção e combate às queimadas anuais no Distrito Federal. A proposta sugere a criação do Programa de Prevenção e Enfrentamento às Queimadas, com ações como campanhas educativas, elaboração de materiais informativos para comunidades rurais e urbanas, além de treinamentos voltados para escolas, empresas e entidades civis sobre práticas preventivas e primeiros socorros em caso de incêndios. O Distrito Federal completa hoje 151 dias sem chuva, o segundo maior período de estiagem da história da capital, atrás apenas da seca de 1963, quando a cidade ficou 163 dias sem precipitações.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INCÊNDIOS / Segundo o governador, há suspeita de que pessoas que se apossam de terrenos de forma irregular estejam envolvidas nas queimadas que atingiram várias regiões do DF nos últimos dias

PCDF investiga grileiros, diz Ibaneis

» DAVI CRUZ

Davi Cruz/CB/DA.Press

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha declarou que a Polícia Civil (PCDF) está investigando o possível envolvimento de grileiros nas queimadas que têm atingido áreas florestais do DF nos últimos dias. O anúncio foi feito na manhã de ontem, durante a inauguração da reconstrução da Estrada Parque Contorno (DF-001), conhecida como Pistão Sul.

Na ocasião, Ibaneis afirmou que os incêndios têm sido investigados, com o objetivo de identificar os possíveis criminosos. "Eu tenho aqui um acompanhamento que vem sendo feito pela Polícia Civil e notamos que existem queimadas em áreas que os grileiros querem expandir a grilagem no Distrito Federal. Alguns casos precisam ser realmente apurados, mas as notícias que chegam primeiro são de pessoas que querem entrar nessa questão da grilagem", avaliou.

O governador do DF ainda destacou que a Polícia Civil, em conjunto com a Polícia Militar, está monitorando as últimas ocorrências de incêndios na capital. "Vamos manter nossa



Governador Ibaneis Rocha e a vice, Celina Leão, entregaram obra de asfaltamento no Pistão Sul

equipe em todos os parques ecológicos do Distrito Federal. Nosso objetivo é evitar as queimadas nesse período final de seca e que possamos identificar esses criminosos", relata Ibaneis.

Mobilidade

Na região administrativa de Taguatinga, Ibaneis inaugurou o novo Pistão Sul. "Morei aqui e me entristecia ao ver o abandono

que passava a cidade. Hoje, podemos ver empresários voltando a ter confiança em investir aqui, gerando emprego, renda e acreditando no crescimento da cidade", disse o governador.

As obras tiveram investimento de R\$ 43 milhões e incluíram a troca de todo o asfalto ao longo dos 10,8 km de extensão (nos dois sentidos), a instalação de sinalizações verticais e horizontais, a construção de redes de drenagem, e de uma moderna e acessível ciclovia ao longo de toda a avenida. Estima-se que a obra vai beneficiar 60 mil motoristas, diariamente, com a recuperação da via, que conecta o centro de Taguatinga às rotas de mobilidade urbana do DF, como a Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e a Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB).

Ibaneis Rocha também anunciou a criação do programa Vai de Bike, que tem como objetivo ampliar a ciclomobilidade da capital. O projeto prevê que o Distrito Federal atinja, até 2026, a marca de 1.000 km de ciclovias. Ao todo, serão investidos R\$ 123 milhões na construção de 325 km de novas vias e na manutenção dos 700 km que já existem. A iniciativa será coordenada pelas secretarias de Obras e Infraestrutura (SODF), e de Transporte e Mobilidade (Semob).

68 anos da Novacap

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)

celebra 68 anos de existência. Considerada por muitos como a mãe de Brasília, a instituição foi fundada quatro anos antes da capital federal, justamente com o objetivo de erguer a cidade. "Ela (Novacap) tem uma memória afetiva das pessoas da nossa cidade. No nosso governo foi resgatada na sua potência máxima. É um orgulho para nós participarmos de tudo isso", afirmou a vice-governadora.

Ibaneis Rocha e outras autoridades locais também foram agradecidos, nesta sexta-feira (20/9), com o selo Amigas e Amigos da Defensoria Pública. A homenagem foi concedida pela Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal (Adep-DF), a honraria reconhece pessoas que contribuem para o fortalecimento dos serviços essenciais da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF).

O governador declarou que tem buscado a valorização do trabalho da Defensoria Pública, e ressaltou que é de fundamental importância para a população. "Todos os projetos que o Celestino Chupel, defensor público-geral do DF, me leva, busco apoiar. Fico muito feliz e grato com esse selo. Enquanto eu estiver na vida pública e fora dela, continuarei defendendo a Defensoria Pública", garantiu o governador.